

# PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO ESPECIAL AO PROJETO DE LEI Nº 4.614, DE 2024

## PROJETO DE LEI Nº 4.614, DE 2024

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

**Autores:** Deputados JOSÉ GUIMARÃES E OUTROS

**Relator:** Deputado ISNALDO BULHÕES JR.

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, de autoria dos Deputados JOSÉ GUIMARÃES E OUTROS, altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

Na justificção, o parlamentar embasa a proposição na necessidade de otimizar os gastos públicos primários, buscando aprimorar o planejamento orçamentário e alinhar o crescimento das despesas obrigatórias às diretrizes estabelecidas pela LC 200/2023 (Regime Fiscal Sustentável). Essa norma limita o aumento real das despesas a 70% da variação da receita primária da União, no caso de cumprimento da meta de primário estabelecida pela LDO, dentro de uma faixa de 0,6% a 2,5%. Argumenta o autor que as medidas propostas visam melhorar a eficiência na execução de programas e na concessão de benefícios, direcionando-os às pessoas que realmente



necessitam, além de controlar o crescimento de determinadas despesas. Assim, busca-se equilibrar a garantia de direitos com a sustentabilidade fiscal.

Conta o Projeto de Lei com três capítulos, “Capítulo I - Das Disposições sobre Políticas Públicas”, “Capítulo II – Das Alterações Legislativas” e “Capítulo III – Disposições Finais”, e 10 artigos.

O **art. 1º** versa sobre o cadastro biométrico, instituindo como condição obrigatória para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social o registro biométrico.

O art. 20, § 12-A, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas) prevê que ao requerente do benefício de prestação continuada – BPC ou ao responsável legal será solicitado o registro da biometria. Contudo, a norma atual está restrita aos registros biométricos dos cadastros da Carteira de Identidade Nacional (CIN), do título eleitoral ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Além disso, não se aplica a outros benefícios da seguridade social. Já o § 8º do art. 69 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, trata de procedimento de prova de vida anual para benefícios administrados pelo INSS, como benefícios previdenciários e BPC, preferencialmente por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria.

O Projeto prevê, em seu **art. 2º**, que, para os programas ou benefícios federais de transferência de renda que utilizem o CadÚnico, deverá ser observado o prazo máximo de vinte e quatro meses de atualização cadastral, para fins de concessão ou manutenção do pagamento às famílias, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

Além disso, quanto ao prazo de regularização, o Projeto expressamente ressalva a normativa prevista no art. 21-B da Lei nº 8.742, de 1993, fixando, contudo, a vedação à suspensão dos benefícios antes de decorridos 90 (noventa) dias da notificação.

Ademais, o § 2º prevê a elaboração de um cronograma específico, a partir de 2025, para a atualização de cadastros que estejam desatualizados há mais de 18 meses. O § 3º, por sua vez, estabelece medidas específicas para famílias unipessoais, ou seja, núcleos familiares compostos



por apenas um integrante, garantindo que as atualizações sejam realizadas diretamente no domicílio do beneficiário.

Em caso de inobservância dos requisitos do artigo, o § 4º prevê que poderá ocorrer a suspensão dos benefícios, desde que haja comprovação de ciência da notificação. Encerrando o art. 2º, o § 5º esclarece que as disposições não interferem em processos de revisão cadastral já em curso, em função do disposto na legislação vigente.

O **art. 3º** obriga as concessionárias de serviços públicos a disponibilizarem bases de dados, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal, para aprimorar o cruzamento de informações e possibilitar a verificação da regularidade dos benefícios, preservando a observância à legislação de proteção de dados pessoais.

O **art. 4º** regula os limites de aumento real dos benefícios da seguridade social no período de 2025 a 2030. O reajuste será vinculado a índices específicos, em conformidade com o § 4º do art. 3º da Lei nº 14.663, de 2023, que trata da política de valorização permanente do salário mínimo e no art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 2023, que trata da variação real dos limites de despesa primária, a partir da qual serão estabelecidos um piso e um teto, baseados nos indicadores apurados.

Assim, o **aumento real** do salário mínimo, ou seja, o aumento acima da variação da inflação, para o qual a legislação atual determina que seja aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB do segundo ano anterior ao da fixação do valor do salário mínimo, não será inferior ao índice mínimo, de 0,6%, nem superior ao índice efetivamente apurado, sendo no máximo de 2,5%, com base nos critérios do art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 2023.

O **art. 5º** altera a Lei nº 8.171, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola do Governo Federal. O art. 60 da referida lei trata do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que atua como seguro de crédito, onde é garantida a amortização do crédito agrícola em caso de sinistro. O programa é custeado pelo prêmio pago pelo produtor rural e por recursos orçamentários da União. A inovação sugerida adiciona o art. 66-B à lei,



observando que o custeio do Proagro fica sujeito à disponibilidade orçamentária e financeira.

O **art. 6º** do Projeto de Lei elenca as alterações na Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

A redação proposta altera conceitos relacionados ao Cadastro Único ao retirar o trecho referente à invisibilidade social e à identificação das demandas por políticas públicas ao dispor que o CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, as quais serão objeto de checagem em outras bases de dados, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo Federal.

Também é proposta a alteração do art. 20, § 1º da LOAS quanto à composição do grupo familiar, que, na legislação atual, é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

O texto do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, retira a especificação de estado civil para os irmãos, filhos e enteados e dispõe no § 1º-A do art. 20 que, para preenchimento do requisito de coabitação para consideração do vínculo familiar, a vivência sob o mesmo teto poderá ser afastada na hipótese de os pais, madrasta, padrasto, irmãos, filhos ou enteados contribuírem para a subsistência do requerente sem diminuir a própria renda familiar mensal a valor inferior a um salário mínimo per capita.

Já o § 2º do Projeto de Lei ora em exame aborda o conceito de pessoa com deficiência para fins de concessão administrativa ou judicial do benefício. Pela proposta, considera-se pessoa com deficiência aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do benefício de prestação continuada, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Ademais, o PL prevê o acréscimo do § 3º-A, aos critérios de elegibilidade, que, para além da renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, o cálculo da renda familiar



considerará a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pelos membros da família, sendo vedadas deduções não previstas em lei.

Acrescenta-se, também, o § 3º-B para indicar que se considera possuir meios de prover a sua própria manutenção, a pessoa que esteja na posse ou tenha a propriedade de bens ou direitos, inclusive de terra nua, que supere o limite de isenção referente ao seu patrimônio, para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

A proposta pretende também reduzir a margem temporal do art. 21-B para os beneficiários que estiverem com o cadastro desatualizado, que passará de 48 (quarenta e oito) para 24 (vinte e quatro) meses.

Em atenção às diretrizes de integração e compartilhamento de dados para cruzamentos de informações, a proposta acrescenta ao art. 35 o § 2º, segundo o qual os órgãos federais disponibilizarão as informações constantes das bases de dados de que sejam detentores, necessárias à verificação dos requisitos para concessão, manutenção e revisão do benefício de prestação continuada previsto no art. 20, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal.

Por fim, a proposta alcança o critério de aferição do grau de deficiência, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, apontando que a avaliação do grau de deficiência e impedimento referido no caput deva considerar que a pessoa com deficiência seja aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do BPC, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

O **art. 7º** altera a forma de cálculo do repasse anual da União Fundo Constitucional do Distrito Federal. Atualmente, o valor repassado no exercício corrente é igual ao valor repassado no ano anterior corrigido pela variação da receita corrente líquida da União. A proposta sugere que, a partir do exercício de 2025, o aporte anual passa a ser equivalente à dotação constante na lei orçamentária anual do exercício anterior corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses, encerrado em junho.



O **art. 8º** do PL prevê alterações na Lei nº 14.601, de 2023, que versa sobre o Programa Bolsa Família.

É prevista alteração no § 4º do art. 6º, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade para ingresso e permanência no Programa Bolsa Família. Atualmente, as famílias beneficiárias que passem a ter renda per capita superior a R\$ 218,00, mas inferior a meio salário mínimo per capita permanecem por um período de 24 meses no Programa, com um valor reduzido em 50%. Já aquelas que apresentarem renda superior a meio salário mínimo per capita serão desligadas do Programa.

Nos termos da proposta, ato do Poder Executivo Federal poderá alterar o valor limite de desligamento do Programa, observado o valor máximo de meio salário mínimo, constante no §1º do art. 6º da Lei nº 14.601, de 2023.

Além disso, o prazo da regra de proteção a que se refere o § 2º da lei poderá ser alterado, não podendo ser superior ao prazo previsto no referido parágrafo, que é de 24 (vinte e quatro) meses. Nota-se, portanto, que o Projeto de Lei pretende permitir a redução por meio de ato do Poder Executivo Federal dos limites máximos de renda per capita e do prazo para o mecanismo de proteção.

Por último, acrescenta-se o art. 12-A, segundo o qual os Municípios e o Distrito Federal, na atuação descentralizada da execução e da gestão do Programa Bolsa Família, deverão observar índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, inscritas no Programa.

O inciso I do **art. 9º** do Projeto de Lei revoga o § 14 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), que prevê que o benefício de prestação continuada (BPC) ou o benefício previdenciário no valor de até um salário mínimo, concedido a idosos ou pessoas com deficiência, não seja considerado no cálculo da renda per capita familiar para concessão de outro benefício da mesma natureza.

De igual modo, o inciso II revoga o parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), o qual determina que o benefício recebido por um membro da família não seja



computado para o cálculo da renda familiar per capita ao pleitear outro benefício.

O **art. 10** dispõe que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação, o que denota a intenção legislativa em se aplicar, de forma imediata, os efeitos das alterações pretendidas, não havendo prazo específico para transição ou adequação às novas disposições.

O projeto não possui apensos.

A matéria foi despachada às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Administração e Serviço Público; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Por versar a referida proposição sobre matéria de competência de mais de quatro Comissões de mérito, consoante dispõe o artigo 34, inciso II, RICD, fica sujeita à apreciação de Comissão Especial.

Após aprovação do REQ nº 4721/2024, de autoria do Deputado José Guimarães e outros, no dia 04/12/2024, foi alterado o regime de tramitação para regime de Urgência (Art. 155, RICD), estando a proposição sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

### II.1 – Adequação orçamentário-financeira

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de



diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

A proposição prevê medidas que podem ser resumidas da seguinte forma:

1. Obrigatoriedade de cadastro biométrico para manutenção, renovação e concessão de benefícios da seguridade social; (art. 1º)
2. Atualização cadastral em, no máximo, 24 meses para benefícios que usam o CadÚnico; (art. 2º)
3. Até 2030, aumento real do salário mínimo limitado aos índices anuais efetivos de crescimento real da despesa primária fixados na Lei Complementar nº 200, de 2023; (art. 4º)
4. Previsão de que a despesa do Proagro observe a disponibilidade financeira-orçamentária; (art. 5º)





5. Ajuste na definição do conceito de família para fins da renda de elegibilidade ao BPC; (art. 6º)

6. Vedação de dedução de rendas não previstas em lei para fins da renda de elegibilidade ao BPC; (art. 6º)

7. Previsão de que, para fins de concessão administrativa ou judicial do BPC, a pessoa com deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, sendo sempre obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do benefício de prestação continuada, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID); (art. 6º)

8. Previsão, para efeito da concessão do BPC, de que a pessoa possui meios de prover a sua própria manutenção caso esteja na posse ou tenha a propriedade de bens ou direitos, inclusive de terra nua, que supere o limite de isenção referente ao seu patrimônio, para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; (art. 6º)

9. Revogação da norma que estabelece a não contabilização de renda de benefícios da seguridade por membro da família para efeito de apuração da renda familiar e elegibilidade ao BPC; (art. 9º)

10. Observância, pelos Municípios e o Distrito Federal, na atuação descentralizada da execução e da gestão do Programa Bolsa Família, de índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, inscritas no Programa, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal; (art. 8º)

11. Alteração da forma de cálculo do aporte anual da União ao FDCF, trocando a variação da RCL da União pelo IPCA (art. 7º)

12. Possibilidade de modificação dos parâmetros relativos à permanência no Programa Bolsa Família. (art. 8º)

Consideramos que as alterações indicadas nos itens 1, 2 e 7 são preponderantemente normativas, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa pública. Os demais itens apresentam disposições que tendem a reduzir as despesas públicas primárias.



Assim, pelas razões enumeradas, somos pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 4.614, de 2022.

## II.2 – Pressupostos de constitucionalidade

Observamos que inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso XXIII, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas com as disposições da Lei Maior. A exceção fica por conta da redação proposta pelo art. 6º do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, ao § 2º do art. 20 e ao § 3º do art. 40-B, ambos da Lei nº 8.742, de 1993, que tratam da definição da pessoa com deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada, e que serão objeto de melhor análise ao tratar do mérito do Projeto.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, as proposições se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, na forma do Substitutivo.



## II.3 – Mérito

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que tem como objetivo otimizar os gastos públicos primários, buscando aprimorar o planejamento orçamentário e alinhar o crescimento das despesas obrigatórias às diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 200, de 2023 (Regime Fiscal Sustentável), a qual norma limita o aumento real das despesas a 70% da variação da receita, quando cumprida a meta de resultado primário da LDO, dentro de uma faixa de 0,6% a 2,5%.

As medidas propostas, de fato, visam melhorar a eficiência na execução de programas e na concessão de benefícios, direcionando-os às pessoas que realmente necessitam, além de controlar o crescimento de determinadas despesas, buscando equilibrar a garantia de direitos com a sustentabilidade fiscal.

Inclusive, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei nº 8.742, de 1993) foi objeto de recente alteração pelo art. 28 da Lei nº 14.973, de 2024, que estabeleceu medidas de combate à fraude e aos abusos no gasto público, em especial no que tange aos benefícios assistenciais. Nesse sentido, o projeto segue esta tendência de fortalecimento da aplicação das regras fiscais e ampliação do espaço orçamentário para despesas discricionárias com alto potencial de impacto, como os investimentos públicos.

Entre as medidas previstas, destaca-se a obrigatoriedade do cadastro biométrico para concessão, renovação e manutenção de benefícios da seguridade social, bem como a exigência de atualização cadastral periódica, com prazo máximo de 24 meses, para benefícios que utilizam o CadÚnico.

O texto também propõe que o aumento real do salário mínimo, até 2030, seja vinculado aos índices anuais efetivos de crescimento das despesas primárias fixados na Lei Complementar nº 200, de 2023, além de estabelecer que a despesa do Proagro esteja condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

A proposição prevê ainda que municípios e o Distrito Federal respeitem índices máximos de famílias unipessoais no Programa Bolsa



Família, conforme regulamentação do Poder Executivo federal. No que se refere ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o crescimento anual de despesas será limitado à variação IPCA, ao invés da variação da receita corrente líquida da União, enquanto o Programa Bolsa Família poderá ter seus parâmetros de permanência ajustados.

Com essas medidas, o projeto busca aprimorar a execução de programas sociais e o pagamento de benefícios, concentrando esforços em atender quem realmente necessita, enquanto ajusta o crescimento de despesas para compatibilizar a garantia de direitos com a sustentabilidade fiscal, a exemplo de outras medidas recentemente adotadas.

Em resumo, o Projeto é necessário para dissipar incertezas que afetam os preços de ativos na economia brasileira, reforçando a confiança no arcabouço fiscal e ampliando o espaço orçamentário para despesas discricionárias com forte impacto, como investimentos públicos.

Deste modo, a iniciativa contribui para a estabilização econômica, promovendo a continuidade do crescimento com controle da inflação e visa estabelecer medidas que permitam trajetória sustentável das despesas públicas por meio da prevenção e combate ao recebimento indevido dos benefícios oriundos dos programas e das políticas públicas de transferência direta de renda.

Nada obstante, entendemos ser necessário aprimorar o texto, na forma de Substitutivo, pois, em nossa avaliação, o art. 6º do Projeto, ao propor alterações nos critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas), pode causar um impacto social indesejado, com o cancelamento indevido de milhares de benefícios, aumentando a vulnerabilidade das famílias de pessoas idosas e com deficiência.

O Projeto de Lei pretende, com efeito, alterar a forma de apuração da renda familiar para fins de elegibilidade ao BPC/Loas (art. 20, §§ 1º e 1º-A), estabelecendo que o requisito de coabitação para consideração do vínculo familiar (exigido pela norma atualmente em vigor), poderá ser afastado na hipótese de os pais, madrasta, padrasto, irmãos, filhos ou enteados



contribuírem para a subsistência do requerente sem diminuir a própria renda familiar mensal a valor inferior a um salário mínimo per capita.

Além da evidente dificuldade de aplicação dessa norma, também é possível afirmar que a alteração resultará em perda do benefício por muitas pessoas, que ficarão desamparadas pelo simples fato de que um familiar, que sequer vive sob o mesmo teto, possuir condições de lhes prestar auxílio, sem qualquer garantia de que irá, de fato, fazê-lo.

O Projeto de Lei também pretende modificar, para fins de concessão administrativa ou judicial do benefício, o conceito de pessoa com deficiência (art. 20, § 2º e art. 40-B, § 3º), a qual passa a ser considerada como aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, exigindo-se o registro, ainda, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Tal conceito difere, contudo, daquele estabelecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque em 30 de março de 2007, incorporados ao nosso ordenamento com status de emenda constitucional, servindo de parâmetro obrigatório para o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos relacionados à pessoa com deficiência.

Nesse ponto, pode-se afirmar que a proposta é flagrantemente inconstitucional e caracteriza grave retrocesso para os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, pois busca retomar o modelo médico de deficiência, já há muito superado pelo modelo biopsicossocial, em que a aferição dessa condição demanda a observação dos impedimentos de longo prazo próprios da pessoa (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial) em interação com diversas barreiras existentes na sociedade, e que podem obstruir sua participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ademais, ao restringir de tal forma a definição de pessoa com deficiência para fins de concessão do BPC/Loas, o Projeto de Lei pode resultar na perda do benefício por milhares de pessoas que, embora capazes de trabalhar e de manter uma vida independente, em razão de diversas barreiras



que lhes são impostas, acabam por não alcançar uma participação plena e efetiva no mercado de trabalho, vivendo em estado de miserabilidade e fazendo jus, portanto, ao benefício.

Por essa razão, o Substitutivo ora apresentado, ao mesmo tempo em que mantém a definição legal da pessoa com deficiência, mas também atento à necessidade de combate ao recebimento indevido dos benefícios, procura destinar o pagamento do BPC/Loas somente àqueles que mais necessitam e que, por apresentarem deficiência de grau moderado ou grave, estão mais sujeitos aos obstáculos para a plena e efetiva participação no mercado de trabalho.

Quanto à exigência do registro do código da Classificação Internacional de Doenças (CID), entendemos que se trata de medida necessária para fins de gestão, fiscalização, monitoramento e avaliação da política do BPC/Loas, não se confundindo com a própria avaliação da deficiência, que, como ressaltamos, não utiliza mais um modelo unicamente médico. Contudo, entendemos que o registro, garantido o sigilo, será necessário somente enquanto não for implementada a avaliação biopsicossocial.

A proposição também pretende inserir norma que presume a capacidade de prover a própria manutenção daquela pessoa que tenha a posse ou propriedade de bens acima do limite de dispensa para a apresentação de Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda (art. 20, § 3º), confundindo, claramente, patrimônio com rendimento, como se a posse de um bem representasse, por si só, alguma garantia de condições financeiras de garantir seu próprio sustento.

O Projeto também pretende revogar a regra que desconsidera a renda de benefícios previdenciários ou assistenciais de familiares para fins de cálculo da renda familiar e elegibilidade ao BPC.

A alteração proposta, contudo, desconsidera a natureza do BPC/Loas como um benefício assistencial destinado a garantir a subsistência digna da pessoa em situação de vulnerabilidade, revogando uma importante conquista social adotada por este Parlamento em 2020.



Não se pode ignorar, ademais, que as pessoas idosas ou com deficiência possuem necessidades específicas que demandam maiores gastos, como cuidados médicos, medicamentos, tratamentos especializados, alimentação adequada e adaptações no ambiente doméstico. Ignorar essa realidade ao alterar os critérios de elegibilidade do BPC/Loas significa desconsiderar a função social do benefício, violando os compromissos do Brasil com os direitos humanos consagrados na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no Protocolo de San Salvador.

Ou seja, todas as normas acima citadas pretendem excluir indevidamente inúmeras famílias do acesso ao BPC/Loas, agravando a pobreza e aumentando a desigualdade social.

O Substitutivo ora apresentado, portanto, ao mesmo tempo em que prestigia as alterações que visam melhorar a eficiência na execução de programas e na concessão de benefícios, busca também garantir a continuidade da proteção legal destinada às famílias em situação de vulnerabilidade, preservando os direitos sociais das pessoas idosas e com deficiência.

Ao alterar a forma de recomposição dos recursos do FCDF repassados pela União, o Projeto impõe severa restrição fiscal ao Distrito Federal. Considerando que é competência da União, conforme art. 21, inciso XIV da Constituição Federal, manter adequadamente a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, recompor os recursos do fundo apenas com a correção monetária não reflete corretamente o crescimento da população e da renda.

Portanto, o Substitutivo apresentado suprime o art. 7º do Projeto de Lei nº 4614, de 2024, renumerando os demais.

O Substitutivo também sugere alteração na Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, para aperfeiçoar a linha de crédito especial de financiamento à aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi.

Por fim, registro que o Substitutivo renumera, unicamente para



fins de correção de técnica legislativa, o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para § 12-B, recentemente incluído pela Lei nº 14.973, de 2024, e que trata do registro biométrico do requerente ou do responsável legal do BPC/Loas.

## II.4 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial, somos pela:

- (i) adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024;
- (ii) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, na forma do substitutivo em anexo, que saneia a inconstitucionalidade parcial do art. 6º da proposição original;
- (iii) aprovação do projeto, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado ISNALDO BULHÕES JR.  
Relator

2024-18507





**COMISSÃO ESPECIAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.614, DE 2024****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.614, DE 2024**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Art. 1º É requisito obrigatório para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social documento com cadastro biométrico realizado pelo Poder Público, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Nas localidades de difícil acesso, ou em razão de dificuldades de deslocamento do requerente, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou outras situações excepcionais previstas em ato do Poder Executivo federal, não será exigido o documento de que trata o caput enquanto o Poder Público não fornecer condições para realização do cadastro biométrico, inclusive por meios tecnológicos ou atendimento itinerante.

Art. 2º Para os programas ou os benefícios federais de transferência de renda que utilizem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, deverá ser observado o prazo máximo de vinte e quatro meses de atualização cadastral, para fins de concessão ou manutenção do pagamento às famílias, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.



§ 1º Ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo e no art. 21-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, os órgãos responsáveis pela gestão dos programas ou dos benefícios de que trata o caput deverão notificar as famílias atendidas, com antecedência mínima de noventa dias, prorrogáveis uma vez, por igual período, antes da aplicação do disposto no § 5º.

§ 2º O estoque de cadastros desatualizados há dezoito meses ou mais de famílias integrantes dos programas ou dos benefícios de que trata o caput será objeto de cronograma de atualização específico implementado a partir de 2025, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 3º Para fins de concessão ou manutenção dos benefícios de que trata o caput a famílias compostas por uma só pessoa ou a indivíduos que residem sem parentes, a inscrição ou a atualização do CadÚnico deverá ser feita no domicílio de residência da pessoa, conforme prazos e exceções estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 4º Nas localidades de difícil acesso, ou em razão de dificuldades de deslocamento do requerente, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou outras situações excepcionais previstas em ato do Poder Executivo federal, não será exigida a atualização de que trata o § 3º enquanto o Poder Público não fornecer condições para sua realização, inclusive por meios tecnológicos ou atendimento itinerante.

§ 5º O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a suspensão do benefício, desde que comprovada a ciência da notificação.

§ 6º O disposto neste artigo não afasta processos em curso de revisão cadastral em função do disposto na legislação vigente.

Art. 3º Ficam as concessionárias de serviços públicos obrigadas a fornecer informações de bases de dados de que sejam detentoras, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal, com a finalidade de aperfeiçoar o processo de verificação de requisitos para a concessão, a manutenção e a ampliação de benefícios da seguridade social, observada a legislação de proteção de dados.

Art. 4º Entre 2025 e 2030, o aumento real de que trata o art. 3º, § 4º, da Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, não será inferior ao índice



mínimo nem superior ao índice efetivamente apurado nos termos do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

## CAPÍTULO II

### DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 5º A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 66-B O custeio de que trata o art. 60 fica sujeito à disponibilidade orçamentária e financeira.”

Art. 6º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-  
F .....  
.....

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, as quais serão objeto de checagem em outras bases de dados, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.” (NR)

“Art. 20. ....  
.....

§ 2º-A. A concessão administrativa ou judicial do benefício de que trata este artigo à pessoa com deficiência fica sujeita à avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave, nos termos do regulamento.

§ 3º-A O cálculo da renda familiar considerará a soma dos rendimentos auferidos mensalmente pelos membros da família que vivam sob o mesmo teto, ressalvadas as hipóteses previstas no § 14, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo federal, sendo vedadas deduções não previstas em lei.

.....” (NR)



“Art. 21-B. Os beneficiários do benefício de prestação continuada, quando não estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou quando estiverem com o cadastro desatualizado há mais de vinte e quatro meses, deverão regularizar a situação nos seguintes prazos, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento:

.....” (NR)

“Art. 35 .....

§ 1º .....

§ 2º Os órgãos federais disponibilizarão as informações constantes das bases de dados de que sejam detentores, necessárias à verificação dos requisitos para concessão, manutenção e revisão do benefício de prestação continuada previsto no art. 20, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal.” (NR)

“Art. 40-B. Enquanto não estiver regulamentado o instrumento de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a concessão do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência ficará sujeita à avaliação do grau da deficiência e do impedimento de que trata o § 2º do art. 20 desta Lei, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas, respectivamente, pela Perícia Médica Federal e pelo serviço social do INSS, com a utilização de instrumentos desenvolvidos especificamente para esse fim, sendo obrigatório o registro, nos sistemas informacionais utilizados para a concessão do benefício, do código da Classificação Internacional de Doenças (CID), garantindo-se a preservação do sigilo.

.....” (NR)

Art. 7º A Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art.  
6º .....  
.....

§4º Ato do Poder Executivo Federal poderá alterar:

I - o valor limite de desligamento do Programa, observado o valor constante no §1º como máximo; e

II- o prazo a que se refere o §2º, não podendo ser superior ao prazo previsto no referido parágrafo”. (NR)

“Art. 12-A. Os Municípios e o Distrito Federal, na atuação descentralizada da execução e da gestão do Programa Bolsa Família, deverão observar índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, inscritas no Programa, nos termos do disposto em ato do Poder Executivo federal.”

Art. 8º O art. 42 da Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 42. ....  
.....

§ 2º A linha de crédito poderá requerer garantia do FGO, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, além da alienação fiduciária do veículo financiado.

.....” (NR)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Fica renumerado o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, para § 12-B.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.



Deputado ISNALDO BULHÕES JR.  
Relator

Apresentação: 19/12/2024 17:25:07.147 - PLEN  
PRLP 2 => PL 4614/2024  
PRLP n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245954168200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Isnaldo Bulhões Jr.

